

POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL FRENTE A DIVISÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO: INDUSTRIALIZAÇÃO EM TAUBATÉ NOS ANOS 1970

ODS 8

Guilherme Nepomuceno dos Santos (Universidade de Taubaté)
Moacir José dos Santos (Universidade de Taubaté)

Resumo

A divisão internacional do trabalho define as funções produtivas de cada Estado na economia global, moldando-se a partir da distribuição de recursos e atividades produtivas em cada território nacional. No Brasil, a posição subalterna na divisão internacional do trabalho historicamente indica que o país se especializou em forças de trabalho e produção requeridas pelo mercado externo, o que molda o território brasileiro de forma a atender demandas internacionais em detrimento das necessidades locais. Entretanto, o Brasil, ao longo do século XX, buscou romper com a dependência tecnológica e econômica imposta pelas economias centrais, promovendo a industrialização como estratégia de desenvolvimento. O presente artigo tem como objetivo analisar as políticas de desenvolvimento implementadas em Taubaté durante a década de 1970, e as transformações econômicas e sociais resultantes, situando essas mudanças no contexto da divisão internacional do trabalho. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e delineamento documental. Com isso, observou-se que as políticas regionais refletiam a busca por maior autonomia econômica, apesar das pressões da divisão internacional do trabalho, de forma modernizar a infraestrutura e atrair indústrias, impulsionadas pela construção da Rodovia Presidente Dutra e pela desconcentração industrial de São Paulo. Essas políticas resultaram em uma transformação econômica, com a região emergindo como um dos principais polos industriais do Brasil. O município de Taubaté passou a abrigar indústrias modernas, de forma que, observou-se que a industrialização foi realizada de forma a privilegiar o crescimento econômico regional e não necessariamente o desenvolvimento regional.

Palavras-chave: Industrialização; Desenvolvimento Regional; Taubaté.

Introdução

Considerando a história do capitalismo, a divisão internacional do trabalho refere-se às funções produtivas exercidas por cada Estado na lógica internacional, sendo diretamente ligado à divisão de recursos disponíveis e empreendidos nas atividades produtivas e como tais as atividades produtivas se dão no interior dos territórios nacionais.

Tendo em vista que o jogo de forças do mercado opera em uma lógica diferente nos diferentes territórios e Estados, os estímulos à concorrência e eficiência definidos pelo modelo de racionalidade econômica do capitalismo produzem sociedades com padrões de desenvolvimento desigual, de forma que a divisão internacional do trabalho corresponda também a assimetria na repartição do trabalho pelo mundo (Pochmann, 2007).

Historicamente, a Revolução Industrial impôs a primeira divisão internacional do trabalho, de um lado, os países industrializados e, de outro, as regiões periféricas de produção agrícola (Vieira, 2009, p. 46). Nesse sentido, o Brasil do século XVIII e XIX se empenhou em forças de trabalho que, em grande parte, são requeridas fora do país, em uma posição subordinada na divisão internacional do trabalho.

Tais considerações são importantes para a compreensão da formação do território brasileiro, tendo em vista que, ao atender tais demandas internacionais, o próprio território sofre transformações, de forma a não se organizar para as demandas e problemas locais e nacionais (Pereira, 2010).

Ao longo do século XX, o debate sobre desenvolvimento econômico no Brasil esteve atrelado à industrialização. De maneira geral, países periféricos na lógica capitalista global pautaram-se no desenvolvimento baseado na industrialização, tendo em vista que países que estiveram na vanguarda do capitalismo buscaram o desenvolvimento econômico a partir da industrialização no século XIX (Furtado, 2009).

A industrialização no Brasil caracteriza-se pela dependência das economias centrais, especialmente devido à necessidade de importar recursos tecnológicos. Essa condição, contudo, não impediu a adoção de políticas de industrialização que, apesar desse cenário, visavam romper com a dependência tecnológica em relação às nações desenvolvidas, consequência da industrialização tardia em comparação com os países capitalistas centrais (Vieira, 2009).

A expansão do mercado interno a partir da década de 1930, com a integração econômica e logística das regiões brasileiras a partir da industrialização por substituição de importações, assim como a implementação do Plano de Metas do presidente Juscelino Kubitschek (1956–1961) e do primeiro e segundo Plano Nacional de Desenvolvimento durante a Ditadura Militar (1964–1985), impulsionaram a expansão do setor industrial nacional.

Tudo isso em um contexto global de disputa ideológica, considerando a Guerra Fria, e medidas heterodoxas na economia dos países centrais capitalistas, bem como seus Estados de bem-estar social, no período entre os anos 1950 e 1960 que ficou conhecido por Era de Ouro do Capitalismo (Hobsbawm, 1995, p. 255).

Após décadas de crescimento, a crise do capitalismo nos anos 1970 caracteriza-se pelo baixo crescimento econômico nos países centrais capitalistas, bem como o fim do sistema Bretton Woods.

Diante disso, mediante a crise global do capitalismo, encontra-se, no Vale do Paraíba Paulista e, mais especificamente no caso estudado no presente artigo, em Taubaté, localidade de desenvolvimento industrial no período que compreende a crise do capitalismo apontada acima.

Neste contexto, o presente artigo tem por objetivo analisar as políticas de desenvolvimento em Taubaté implementadas nos anos 1970, bem como as transformações econômicas e sociais no município, relacionando o contexto regional à divisão internacional do trabalho.

Desse modo, estudar o desenvolvimento regional requer um diálogo entre os contextos global e local. Compreender as dinâmicas das políticas de desenvolvimento regional perante a divisão internacional do trabalho é um trabalho interdisciplinar que deve ser realizado com o subsídio das várias ciências sociais, destacando História, Geografia e Economia.

Revisão de literatura

O conceito de desenvolvimento ganha notoriedade após a Segunda Guerra Mundial, com a reorganização do capitalismo global como estrutura social e econômica que buscava estabilizar as relações internacionais após a amplitude dos conflitos bélicos da Segunda Guerra, enfrentar a concorrência ideológica do socialismo soviético e impedir um retorno às condições que ameaçavam o poder capitalista nos anos 1930, em decorrência da crise de 1929.

Um primeiro debate sobre o desenvolvimento, então entendido como alargamento das conquistas materiais à população, deu-se no contexto de disputa geopolítica da Guerra Fria, o que levou ao Ocidente uma busca pela regulamentação econômica a fim de preservação do próprio capitalismo, mediante o cenário político da época.

Tendo em vista que as medidas liberais não foram exitosas frente à crise dos anos 1930, são as medidas heterodoxas, associadas principalmente ao economista britânico John Maynard Keynes, que possibilitam o Estado de bem-estar social como modelo de Estado capitalista entre as décadas de 1950 e 1960, de forma a se tornar um parâmetro para o desenvolvimento. De modo que, para além da economia, o desenvolvimento passa a ser compreendido como uma premissa social, política e econômica (Vieira e Santos, 2012, p. 347-348).

No Brasil da segunda metade do século XX, o debate do desenvolvimento teve referência fundamental dos economistas da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL), apoiados na ideia de desenvolvimento desigual da economia mundial e na teoria centro-periferia, defendiam a necessidade de políticas econômicas que reduzissem a dependência externa e promovessem uma industrialização autônoma.

Furtado (2009) define o desenvolvimento como um processo de transformação estrutural da economia e da sociedade que leva à melhoria das condições de vida da população. Esse processo envolve a industrialização, a diversificação da base econômica, a melhoria dos níveis de educação e saúde, e a redistribuição da renda. Enquanto que subdesenvolvimento, segundo Furtado, é um estado de estagnação econômica e social caracterizado por uma estrutura produtiva primária-exportadora, baixa renda per capita, alta concentração de renda e condições precárias de saúde e educação; moldados por relações desiguais de poder e trocas desfavoráveis no sistema capitalista global, o que perpetua condições de dependência.

Nesse sentido, a desigualdade no progresso tecnológico e industrial é compreendida na composição de uma estrutura econômica mundial dividida em centro, que compreende o conjunto de economias industrializadas com estruturas produtivas diversificadas; e periferia, que compreende as economias exportadoras de produtos primários e subdesenvolvidos aos países centrais desenvolvidos (Pinto, 1960; Prebisch, 2012; Tavares, 1964).

No entanto, para Mello (p. 25 - 26, 1986), a ênfase na substituição de importações e na industrialização pode levar a defesa de um protecionismo excessivo. De forma que seja necessário um equilíbrio entre a integração no mercado global e a promoção do desenvolvimento nacional. A industrialização brasileira, então, está no contexto denominado pelo autor de capitalismo tardio.

Reconhece-se, assim, que conceitos e ideias cepalinas como a associação direta entre políticas desenvolvimentistas do país ao processo de industrialização e à participação do Estado na economia são questões criticadas e superadas no debate do desenvolvimento (Vieira e Santos, 2012, p. 355). Entretanto, para o recorte histórico do presente trabalho se faz importante a utilização de tais conceitos.

Além disso, mediante tal debate, diferenciar crescimento econômico de desenvolvimento é matéria fundamental para a realização do presente trabalho, tendo em vista que, em boa parte do debate sobre o desenvolvimento econômico ao longo da história do capitalismo ambos conceitos foram utilizados em uma forte associação.

Com isso, enquanto crescimento é indicado com a medição do crescimento da força de trabalho de um país, ou mediante a evolução de crescimento anual do Produto Interno Bruto – PIB e o grau de aperfeiçoamento tecnológico. O desenvolvimento econômico trata-se do crescimento econômico vinculado a alterações na estrutura econômica e social que possibilitem melhoria do padrão de vida da população de um determinado território (Vieira e Santos, 2012, p. 347).

De forma que, há uma complexidade quanto ao desenvolvimento, por se tratar de um campo de investigação interdisciplinar e dinâmico, que não pode ser desvinculado a uma compreensão do processo histórico e social do território estudado. Com isso, o desenvolvimento se dá de forma quantitativa e qualitativa, pois “representa um aumento da oferta de bens e serviços per capita, altera as técnicas produtivas, a distribuição do rendimento e o comportamento da mão de obra” (Vieira e Santos, 2012, p. 358).

Por fim, segundo Fiori (2020), o debate sobre desenvolvimento no Brasil historicamente dá-se quanto ao conceito de Estado e a definição de seu papel no processo de desenvolvimento. Para o autor, muito além de um debate entre neoclássicos e heterodoxos keynesianos, o debate sobre desenvolvimento no século XX, o que o autor chama de “agenda desenvolvimentista” emergiu nos anos 1930, consolidou-se nos anos 1950 e perdeu seu vigor intelectual ao longo dos anos 1980 (Fiori, 2020, p. 4 - 5).

A divisão internacional do trabalho pode ser vista como um processo pelo qual os recursos disponíveis se distribuem social e geograficamente. Esses recursos, são valorizados não por si mesmos, mas pelo contexto geográfico em que estão inseridos. Assim, o valor de cada atividade depende do lugar em que ocorre, e a divisão do

trabalho organiza e objetiva esses recursos, de forma a moldar o espaço de maneira desigual. Cada lugar, com suas características próprias, influencia e é influenciado pela divisão do trabalho (Santos, 2006, p. 86-87).

A divisão internacional do trabalho indica as características do modo de produção dominante, destacando os territórios que introduzem inovações e, conseqüentemente, carregam uma nova intencionalidade para a própria formação do território. É por meio da influência dessa divisão em um país que começam a emergir especificidades, ou seja, toda a formação do território é determinada pela parcela de trabalho que o país desempenha no sistema internacional, e também pelo trabalho acolhido por cada país (Santos, 2006, p. 88).

Portanto, a tendência à desigualdade econômica internacional leva, não somente a uma assimetria na repartição do trabalho pelo mundo, mas também a uma hierarquização de nações e do território, resultado da lógica de funcionamento do sistema econômico e social do capitalismo (Pochmann, 2007, p. 15).

A industrialização e a urbanização ocorridas no século XX geraram novas dinâmicas de organização e articulação das regiões e suas conexões com o mercado externo, além de uma nova organização social no país. Segundo Pereira (2010, p. 350), a estruturação do território brasileiro deu-se em uma busca por integração do território, promovida por agentes externos e que, mais uma vez, facilitou as relações com o exterior, simplificando as atividades de exportação.

Ainda assim, é importante considerar que este processo de globalização, ainda que demonstra uma vontade de fundar o domínio do mundo na associação entre grandes organizações e tecnologia, depara-se com a realidade dos territórios e as possibilidades do "meio associado" asseguram a impossibilidade da desejada homogeneização (Santos, 2006, p. 27).

Desse modo, observa-se que as décadas de 1950 e 1960 foram caracterizadas pela expansão de multinacionais para várias áreas do mundo mediante a reconstrução europeia pós Segunda Guerra Mundial, de forma que os investimentos proporcionados por essa expansão em países da periferia do capitalismo proporcionou tanto reforço na estratégia de industrialização em países como o Brasil, quanto possibilitou uma nova alternativa de "multicolonialismo", tendo em vista que as empresas multinacionais transformaram-se em corporações transnacionais, maiores e mais poderosas (Pochmann, 2007, p. 29).

Ao estudar possibilidades de desenvolvimento na periferia da economia mundial, Carcanholo (2008, p. 259) evidencia que as respostas às crises cíclicas do capitalismo são fundamentais para a compreensão do desenvolvimento da periferia. De forma que, a partir da crise de 1970, evidencia-se que as alternativas para recuperação de acumulação dão-se em uma reestruturação produtiva e transferência de recursos para a periferia, o que não significa desenvolvimento.

A análise da divisão internacional do trabalho demonstra como os recursos são distribuídos e valorizados de acordo com o contexto geográfico, influenciando a organização socioeconômica e espacial dos territórios. O sistema capitalista, ao promover uma hierarquização entre nações, molda as relações internacionais e as dinâmicas internas dos países. A industrialização e urbanização intensificaram essas dinâmicas, reforçando a conexão com o mercado externo e a influência de agentes internacionais.

No caso Brasil, as imposições do capital pertinente à associação entre as multinacionais em aliança com o Estado e o capital nacional, estabeleceu a forma de atuação predominante do capitalismo nacional posterior a 1950, cujo resultado é o processo de industrialização brasileiro. Desse modo, o crescimento econômico brasileiro, ao invés de estimular a elevação do progresso técnico e a equalização da economia nacional, produziu um expressivo desnível interno, com concentração da produtividade em escala setorial e espacial. (Vieira, 2009, p. 48).

Método

O método do presente trabalho é de natureza qualitativa, permitindo uma análise das políticas de desenvolvimento regional e das transformações econômicas e sociais ocorridas em Taubaté no contexto dos anos 1970. A abordagem qualitativa possibilita a análise de documentos históricos a partir de referenciais bibliográficos produzidos tanto durante o período estudado, quanto atualmente.

Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e delineamento documental. O levantamento bibliográfico é um passo fundamental para aprofundamento na temática, tendo em vista que permite identificar estudos e pesquisas anteriores relevantes sobre o tema. A partir de Santos e Carniello (2011), o presente artigo fundamenta-se no conceito de história do desenvolvimento, como estudo que busca compreender os desdobramentos da modernidade, a partir do entendimento do

estudo da História em uma dinâmica estruturante da interdisciplinaridade enquanto recurso necessário à produção de conhecimento historicamente.

A pesquisa documental desenvolvida no presente trabalho para compreender a relação entre a industrialização taubateana nos anos 1970 e a divisão internacional do trabalho utilizou de uma literatura cujas palavras-chaves são: industrialização, desenvolvimento regional, divisão internacional do trabalho, Taubaté, desenvolvimento econômico.

Para estudar o conceito de desenvolvimento e sua relação com a economia brasileira, foram utilizadas textos clássicos como de Furtado (2009), Prebisch (2012) e Mello (1986). A questão do território, bem como a relação entre local e global no desenvolvimento foram trabalhadas a partir de Santos (1993 e 2006). Enquanto questões próprias ao desenvolvimento regional e local de Taubaté foram aprofundadas a partir de Vieira (2009) e de Costa (2005). Artigos científicos na área de Geografia, História e Economia também foram utilizados na elaboração do presente trabalho.

A questão norteadora do presente trabalho foi: como as políticas de desenvolvimento implementadas em Taubaté durante a década de 1970 contribuíram para a transformação econômica e social do município, e de que maneira essas políticas se relacionam com a divisão internacional do trabalho? O objetivo do trabalho foi analisar tal relação entre o contexto local e o contexto global, de forma a desenvolver uma compreensão do processo de desenvolvimento em Taubaté no período estabelecido.

Resultados e Discussão

Em meados do século XIX, a economia taubateana era dominada pela monocultura cafeeira em um período em que o café era um dos principais produtos brasileiros comercializados para o exterior. Após a crise cafeeira do final do século XIX, nas primeiras décadas do século XX o capital cafeeiro desdobra-se em outras frentes econômicas em São Paulo, criando condições para uma acumulação capitalista diversificada e, assim, possibilitando o crescimento da indústria paulista (Cano, 1988, p.5-6).

Com isso, a partir do capital cafeeiro, tal diversificação exigia o aumento de um segmento urbano e, para o desenvolvimento urbano, o crescimento de atividades

ligadas ao processo de urbanização, como o comércio varejista, a construção civil, a energia elétrica e as comunicações. De acordo com Cano (1988, p. 7), a base para o desenvolvimento industrial em São Paulo é o complexo cafeeiro, em uma relação de diversificação na economia que, com o dinamismo urbano, incentiva também a produção de alimentos e a diversificação na agricultura.

Vieira (2009, p. 99) indica que a industrialização no Vale do Paraíba pode ser classificada em três fases: de 1881 a 1914, de 1914 a 1943 e uma terceira fase pós Segunda Guerra Mundial. Na primeira fase, o autor destaca a lenta e contínua atividade de pequenos estabelecimentos, majoritariamente de produtos têxteis, alimentares e cerâmicas. Já na segunda fase, destacam-se estabelecimentos de transformação de produtos agropecuários, minerais não metálicos e têxtil. Por fim, a terceira fase, a qual se estuda no presente trabalho, caracterizada por um extraordinário desenvolvimento com as indústrias modernas de metalurgia e mecânica.

Ao longo de todo século XX, a industrialização e a urbanização foram fatores fundamentais na sociedade taubateana. Ainda assim, é a partir da descentralização industrial no estado de São Paulo iniciada nos anos 1950 que está diretamente ligada às mudanças nas políticas regionais para a indústria em Taubaté (Costa, 2005, p. 76).

A década de 1950 compreende período de incentivo estatal para o desenvolvimento de outras regiões do Brasil, em um contexto de alteração da distribuição espacial da Indústria. Santos (1993, p. 43-44) indica que o Brasil passa a ter as áreas mais distantes incluídas no sentido da modernização capitalista e, assim, verifica-se no país uma ocupação periférica. Tal movimento, então, está relacionado à creditização do território, à dispersão de uma produção altamente produtiva e, finalmente, à expansão do capitalismo, em um processo viabilizado pelo Estado e agentes hegemônicos da economia (Santos, 1993, p. 44).

Com isso, faz-se importante a colocação de que principal objetivo da interiorização da indústria foi evitar que São Paulo perdesse seu espaço como locomotiva do país, tendo em vista que a capital paulista apresentava cada vez mais dificuldade para atrair novas empresas, causada por problemas de transporte e poluição, consequência do intenso crescimento populacional (Vieira e Santos, 2012, p. 165).

Desse modo, o papel do Estado no processo de industrialização de Taubaté faz-se fundamental tanto nas esferas federal, estadual e municipal. O Plano de Metas, durante o Governo Juscelino Kubitschek (1954 - 1961), incluiu o desenvolvimento da malha rodoviária nacional. Com isso, a Rodovia Presidente Dutra, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro e à época recém inaugurada, passando por Taubaté, facilitou o transporte de matérias-primas e produtos manufaturados, e tornou a localização de Taubaté estratégica para indústrias.

Nesse cenário, o estado de São Paulo realizou obras de infraestrutura, sobretudo nas cidades médias do interior, para receber os investimentos industriais vindos da desconcentração industrial da região metropolitana de São Paulo (Costa, 2005, p. 65).

Vieira (2009, p. 101) indica que neste período de crescimento das atividades industriais em Taubaté, a política de desenvolvimento urbano-regional destaca-se pela criação de condições para a atração de investimentos, associadas também a uma política nacional desenvolvimentista. A industrialização de Taubaté nos anos 1970 foi marcada pela instalação de grandes empresas, nacionais e multinacionais, que encontraram no município um ambiente favorável para suas operações.

A Prefeitura de Taubaté adotou medidas que possibilitaram a implantação de estabelecimentos industriais a partir de políticas de incentivos fiscais e outros benefícios. No período entre 1950 e 1980, Taubaté e outros municípios valeparaibanos cortados pela Rodovia Presidente Dutra apresentaram uma expansão do número de estabelecimentos industriais e instalação de empresas de capitais multinacionais, o que levou a região do Vale do Paraíba Paulista a se consolidar como um importante polo industrial no país (Costa, 2005, p. 70).

O programa de expansão industrial em Taubaté compreende atração de indústrias a partir da Lei Municipal 1.223/1970, que concedia incentivos fiscais e outros benefícios a indústrias que vierem a se instalar no município, como isenção de todos tributos municipais por um período de cinco a quinze anos conforme mão-de-obra empregada, faturamento, matéria prima, valor do investimento e destinação final do produto. Além da concessão de áreas de terreno pertencentes ao patrimônio público e destinadas à implantação de estabelecimentos industriais (Costa, 2005, p. 76).

Pode-se observar, a partir da Tabela 1, o aumento de estabelecimentos industriais e operários em Taubaté no contexto estudado. O que está relacionado, tanto às políticas nacionais e imposições de forças do mercado, quanto às políticas municipais.

Tabela 1

Atividade industrial do município de Taubaté (1970-1985)

Ano	1970	1975	1980	1985
Estabelecimentos industriais	188	209	257	210
População	6.941	11.652	18.168	16.687

Fonte: IBGE – Censos Industriais 1970 – 1985. *In*: Costa, 2005, p. 71.

Desse modo, cabe destacar que, na década de 1980, o Vale do Paraíba foi a região que mais cresceu entre as regiões administrativas do estado de São Paulo, em um cenário de privilégio à expansão industrial (Costa, 2005, p. 72).

Desse modo, o privilégio à industrialização em Taubaté, a partir do projeto municipal de incentivos fiscais e doações de áreas, mostra a ausência de uma proposta integrada de desenvolvimento.

A presença de grupos de trabalho (GEIN – Grupo Executivo Industrial, GEAP – Grupo Executivo Agropecuário, Comissão Municipal de Turismo) com área de atuação nos setores industrial, agropecuário e turístico na Lei 1.372/1972 indica, no âmbito do poder público municipal, a intenção de promover um processo de desenvolvimento integrado. No entanto, ao longo dos anos 1970 e 1980, observou-se uma dissonância entre o proposto na legislação e o efetivado pelas políticas públicas (Costa, 2005, p. 78-79).

Com isso, deve-se levar em conta as novas dinâmicas do capital mediante as transformações do território. Ricci (2010, p. 10-11) indica que, ao estabelecer as relações centro-periferia como modo operatório da dinâmica do capital, o mesmo pode ser reproduzido a nível regional.

O processo de industrialização em Taubaté, não se deu sem impactos sociais, econômicos e geográficos significativos, tanto a nível municipal quanto regional. A intensa urbanização e industrialização acarretaram na necessidade de modernização

dos sistemas de transporte e saneamento. Assim como o crescimento populacional, impulsionado pela migração de trabalhadores, levou a uma demanda de investimentos em infraestrutura e serviços públicos que significaram um desafio para a gestão urbana.

Considerações finais

Mediante o objetivo do presente trabalho em investigar a relação entre divisão internacional do trabalho e a industrialização de Taubaté nos anos 1970, está a discussão sobre o desenvolvimento ao longo do século XX e como a articulação entre o local e o global são necessários para o desenvolvimento.

Ao estudar a urbanização brasileira, Santos (1993, p. 45) indica que a organização do espaço e território passou de uma interdependência local entre sociedade regional e natureza a uma espécie de socialização capitalista territorialmente ampliada, globalizada. O espaço se torna mais articulado às relações funcionais, e mais desarticulado, quanto ao comando local das ações que nele se exercem.

É neste sentido que a divisão internacional do trabalho foi investigada, como articulação do capital em um contexto influenciado tanto decorrente por uma imposição externa quanto pela própria política econômica interna.

A análise das políticas de desenvolvimento implementadas em Taubaté durante a década de 1970 indica a complexidade de interações entre iniciativas municipais, estaduais e nacionais frente à divisão internacional do trabalho. Demonstrou-se que as estratégias adotadas pela administração municipal, alinhadas com as diretrizes nacionais de industrialização e modernização, resultaram em mudanças econômicas, geográficas e sociais em Taubaté, que se tornou um importante polo industrial do Brasil ao longo da segunda metade do século XX.

Referências

CANO, W. **A interiorização do desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo (1920-1980)**. São Paulo: FSEADE, 1988.

CARCANHOLO, M. D. Dialética do desenvolvimento periférico: dependência, superexploração da força de trabalho e política econômica. **Rev. econ. contemp.** [online]. 2008, vol.12, n.2, pp. 247-272.

COSTA, S. L. da. **Taubaté: o local e o global no desenvolvimento**. Taubaté: Cabral, 2005.

FIORI, J. L. Estado e desenvolvimento na América Latina. **Revista de Economia Contemporânea** [online], v. 24, n. 01, e202416, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rec/a/Ty77GqqpXdskFgPHN3kvCvz/>. Acesso em: 6 jul. 2024.

_____. **Sonhos prussianos, crises brasileiras: leitura política de uma industrialização tardia**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1990.

FURTADO, C. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

HOBBSAWM, E. **Era dos extremos: o breve século XX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MELLO, J. C. **O capitalismo tardio: contribuição à revisão crítica da formação do desenvolvimento da economia brasileira**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PEREIRA, M. F. V. A inserção subordinada do Brasil na divisão internacional do trabalho: consequências territoriais e perspectivas em tempos de globalização. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, 22 (2): 347-355, ago. 2010.

PINTO, A. Estabilidad y desarrollo. **El Trimestre Económico**, v. 27, n. 106(2), p. 258-273, 1960.

POCHMANN, M. **O emprego na globalização: A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu**. São Paulo: Boitempo, 2007.

PREBISCH, R. **El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas**. Santiago: CEPAL, 2012.

RICCI, F. O desenvolvimento regional e a dinâmica do movimento do capital. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 1, n. 2, 2007. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/67>. Acesso em: 20 jul. 2024.

SANTOS, M. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A Natureza do Espaço**. Técnica e Tempo. Razão e Emoção. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. J. dos; CARNIELLO, M. F. Por uma história do desenvolvimento. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, [S. l.], v. 7, n. 3, 2011. Disponível em: <https://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/519>. Acesso em: 20 jun. 2024.

TAVARES, M.C. El proceso de sustitución de las importaciones como modelo de desarrollo reciente en América Latina. *In*: CEPAL, **Boletín Económico de América Latina**, vol. 9. Nova York, 1964.

_____. **Subdesenvolvimento, dominação e luta de classes**. *In*: TAVARES, M. C. (ed.) Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 129-154.

VIEIRA, E. T. **Industrialização e políticas de desenvolvimento regional**: o Vale do Paraíba Paulista na segunda metade do século XX. 2009. Tese (Doutorado em História Econômica), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

VIEIRA, E. T.; SANTOS, M. J. Desenvolvimento econômico regional: uma revisão histórica e teórica. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**. v. 8, n. 2, p. 344-369, mai-ago/2012, Taubaté, SP, Brasil. Disponível em: <http://www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/679>. Acesso em 01 jul. 2024.